

Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões contemporâneas sobre a produção e reprodução da força de trabalho e controle social

Fábio Guedes Gomes
Economista – UFPb
Mestre em Economia - UFPb
Doutorando em Administração Pública – NPGA/UFBA

Desde o fim do *boom* econômico verificado no Após-II Guerra Mundial que o sistema capitalista de produção vem passando por profundas modificações na sua natureza funcional, impondo às sociedades dos países desenvolvidos e, sobretudo, às nações periféricas, importantes transformações qualitativas que envolvem o psicossocial, os valores, a política e as formas de sociabilidade.

Uma das questões mais sérias são os altos níveis de desemprego que se apresentam em diversas economias industriais, com maior destaque para a periferia do sistema, como a América Latina. Os números sobre esse problema são bem mais desfavoráveis do que há mais de três décadas. É evidente que o desemprego não chegou aos níveis do verificado no período da grande depressão da segunda metade do século XX, principalmente ali no centro do capitalismo mundial, EUA, Europa central e Japão. Entretanto uma coisa é certa: enquanto que na Grande Depressão o problema resultava das contradições do capitalismo e de uma época de intenso crescimento dos setores monopolistas, ampliando a capacidade de produção de mercadorias, e de um famigerado espírito especulativo motivado pelo *boom* das economias centrais, no atual estágio o desemprego passou a ser um problema permanente e estrutural. Isso fica muito mais dramático quando a ideologia neoliberal impõe restrições à periferia à adoção de esquemas de proteção social ou a políticas reformistas keynesianas. Embora a acumulação capitalista tenha como característica central a renovação tecnológica de suas bases produtivas por causa tanto da necessidade de sobrevivência diante do acirramento da concorrência, quanto da necessidade de enfrentar a força do poder de cooperação e luta das classes trabalhadoras, o desemprego como uma consequência sistêmica atingiu na contemporaneidade uma escala formidável.

Diante da falta de alternativas de emprego do padrão fordista de produção, os indivíduos buscam de todas as formas a garantia da vida material. Essa situação tornou muito mais frágil as estratégias de sobrevivência de uma parte muito maior da sociedade ali onde o sistema de produção tem maiores graus de liberdade para funcionar, onde os mercados passaram a ser o eixo fundamental das relações sociais, e onde o papel do Estado, como regulador das contradições do capitalismo, através das políticas de legitimação social (políticas públicas sociais e de seguridade), passou para segundo plano. Assim, o sistema de produção capitalista eleva sua condição de exploração e opressão das classes que são obrigadas a se integrarem, de forma direta ou indireta, no circuito de reprodução do capital, enquanto vão se constituindo alternativas de gerir a situação de calamidade social e econômica a partir da expansão de programas e instituições sociais de caráter filantrópico e assistencialista.

O artigo, portanto, procura fazer uma reflexão sobre os pontos que foram colocados logo acima a partir de uma categoria analítica trabalhada por um autor ainda pouco conhecido no Brasil. A principal referência que constitui a base do texto é o livro do francês Jean-Paul De Gaudemar, intitulado *Movilidad del trabajo y Acumulación de Capital*.

Além dessa referência procuramos nos capítulos históricos de *O Capital* os elementos subjacentes a tese de Gaudemar sobre a mobilidade do trabalho, esta categoria compreendida como o processo de constituição do trabalho abstrato e controle de sua oferta e sua demanda. Assim, fica intrínseco que o indivíduo que vende sua força de trabalho é um imperativo da sociedade capitalista e sua liberdade é condicionada às necessidades de produção social e apropriação da riqueza de maneira privada.

Nos capítulos históricos de *O Capital*, Marx apresenta uma rica análise e descrição do processo de constituição das forças produtivas do capital e como o sistema vai construindo sistematicamente e controlando as condições de exploração da força de trabalho. Portanto, o trabalho abstrato é uma das condições primárias de funcionamento dessa sociedade, assim como o sistema escravocrata não existiria sem a opressão e a exploração dos indivíduos, negro essencialmente, por seus possuidores.

Nas condições contemporâneas de funcionamento da sociedade capitalista, as relações sociais de produção têm passado por mudanças que as tornam muito mais abstratas e de difícil observação. Como é demonstrado em geral no artigo, as novas formas de exploração da força de trabalho aparecem aos nossos olhos e aos trabalhadores como condições de maior liberdade e autonomia. As novas categorias que estabelecem essas relações como terceirização, flexibilização e novos arranjos organizacionais, encobrem cada vez mais o processo de exploração da força de trabalho, de maneira intensiva e extensiva. O artigo, enfim, discute como a mobilidade do trabalho, compreendida como a produção do trabalho abstrato e seu controle para fins de acumulação, ainda continua como movimento necessário ao processo de reprodução capitalista, porém assumindo novas formas e processos, obedecendo aos imperativos das novas tecnologias e ao padrão de produção vigente.

Com isso, o trabalho assume a responsabilidade indireta de não se alinhar aos defensores da tese de que a centralidade do trabalho tem se enfraquecido como categoria concreta e analítica para compreender os fenômenos sociais do sistema de produção capitalista contemporâneo. Muito pelo contrário, enquanto o capitalismo existir como sistema de produção, as classes sociais antagônicas permanecerão e a geração de valor, a exploração e a acumulação serão categorias centrais, os pilares que movimenta, de maneira dialética, essa sociedade.